

## ORGANIZAÇÃO E LUTAS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS NO MUNICÍPIO DE URANDI/BA

### ORGANIZATION AND STRUGGLES OF RURAL WORKERS IN THE MUNICIPALITY OF URANDI/BA

Leidjane Fernandes Baleeiro<sup>1,\*</sup> / Janaína Ezequiel França<sup>2</sup> /  
Marcus Bernardes de Oliveira Silveira<sup>3</sup> /  
Juliana Ferreira de Santana Aranha Martins<sup>4</sup>

#### 1 INTRODUÇÃO

*“A totalidade da história, em seus mais diversos estágios de desenvolvimento social, tem sido uma história da luta de classe, de lutas entre exploradores e explorados, entre classes dominantes e oprimidas”.*

(MARX, ENGELS, 2012, p. 15)

A luta dos trabalhadores e trabalhadoras contra todas as formas de exploração e opressão perpassa por toda a história. Na sociedade contemporânea esta luta caracteriza-se pelas mobilizações, reivindicações e greves de trabalhadores/as, por melhores condições de trabalho, de salário, pela conquista e manutenção de direitos. Essas reivindicações ocorrem em todas as categorias de trabalhadores/as, sejam urbanos ou rurais.

A organização das lutas dos trabalhadores/as, tiveram início no século XVII, a partir do surgimento do capitalismo e o advento da luta de classes. Foi nesse contexto, que surgiram as primeiras organizações de trabalhadores/as e posteriormente os sindicatos. Essas organizações, de acordo com Borges, “nascem como resultado do esforço espontâneo dos operários para impedir ou atenuar a exploração. Não aparecem por inspiração de ‘subversivos’ como a burguesia propaga, mas sim por uma necessidade natural dos que vivem do salário” (2006, p. 2).

#### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo apresentar as memórias, trajetórias e lutas do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi/BA abordando a participação e mobilização de mulheres, homens, jovens e idosos/as do campo que fizeram parte da história da entidade e da luta do movimento sindical. Como forma de resistência ao desmonte dos sindicatos, criminalização dos movimentos sociais e de negação e retirada de direitos na história recente do nosso país, é importante destacarmos os processos de organização e lutas dos trabalhadores/as. Para o desenvolvimento do trabalho foram utilizados como fonte de pesquisa, documentos da entidade, como estatuto social, atas, livros de registros de sócios/as, fotografias e entrevistas com protagonistas da história. O trabalho desenvolvido evidencia que a força dos trabalhadores/as organizados, é um instrumento fundamental na conquista e manutenção dos direitos já conquistados pelos trabalhadores/as rurais.

**Palavras-chave:** Memórias. Sindicalismo. Trabalhadores/as Rurais

#### ABSTRACT

This article aims to present the memories, trajectories and struggles of the of Rural Workers, farmers and Family farming union of Urandi/BA, approaching the participation and mobilization of women, men, young and elderly people from the rural field who were part of the history of the entity and the struggles of the union movement. Such as the resistance to the mass dissolution of the unions, criminalization of the social movements, and the denial and loss of rights in our country's recent past, it is important to illuminate the processes of organization and struggles of the workers. For the development of the project were used documents of the union as research sources, such as bylaws, minutes, records of membership, photographs and interviews with the leaders of their timeline. The article full developed shows that the strength of the organized workers is a fundamental instrument in the conquest and support of the rights already conquered by the rural workers.

**Keywords:** Memories. Unionism. Rural Workers.

*Submetido em:* 02 de nov. 2022

*Aceito em:* 26 de jan. 2023

<sup>1</sup>Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Ipiá, Bahia - Brasil.

<sup>2</sup>Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, Bahia – Brasil.

<sup>3</sup>Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, Santa Catarina- Brasil.

<sup>4</sup>Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Guanambi, Bahia – Brasil.

\*E-mail para correspondência: lfbaleeiro@uneb.br

A primeira lei que garantiu a livre associação dos trabalhadores/as foi aprovada em 1812, na Inglaterra, tornando-se a primeira lei que assegurou o direito de organização sindical dos trabalhadores/as. No Brasil, a lei que garantiu aos trabalhadores/as o direito de sindicalização, foi assinada no Governo de Getúlio Vargas no ano de 1931. Em relação ao sindicalismo rural, a estrutura vigente no campo, nesse período, amarrada ao coronelismo e ao latifúndio não permitia a organização dos trabalhadores do campo, impedindo assim a elaboração e a implementação de uma legislação específica para o campo, mesmo assim já existiam muitos sindicatos rurais, ainda que clandestinos. A regulamentação do direito à sindicalização da categoria, somente irá acontecer no início dos anos 1960.

A história do movimento sindical vai demonstrar que mesmo com a legalização dos sindicatos, eles ainda foram reprimidos de diversas formas, passaram e passam por adversidades para se manterem organizados. Na história recente, a tentativa de desmonte dos sindicatos por meio do atual governo e da mídia tendenciosa, tem se caracterizado por uma série de retrocessos nos direitos da classe trabalhadora. Como forma de resistência, é importante destacarmos os processos de organização e lutas em tempos de negação de direitos e de criminalização dos movimentos sociais.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objeto de pesquisa as memórias, lutas e trajetória histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi/BA e as experiências de mulheres, homens, jovens e idosos/as do campo que fizeram e fazem parte da história da entidade e da luta do movimento sindical.

O resgate e sistematização da história do Sindicato de Urandi, como denominaremos no decorrer do texto, surge a partir da necessidade de conhecer, registrar e valorizar as pessoas que teceram seus 48 anos de história. Esta sistematização foi possível a partir da análise documental da entidade, como estatuto social, atas e livros de registros de associados/as. Bem como, fotografias e a realização de entrevistas com as pessoas que construíram esta história.

Neste artigo, abordamos aspectos e contextos históricos do sindicalismo rural e do Sindicato de Urandi, compreendendo que a força dos trabalhadores/as organizados, é um instrumento fundamental na conquista e manutenção dos direitos já conquistados pelos trabalhadores/as rurais.

## **2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO SINDICALISMO RURAL À CRIAÇÃO DO SINDICATO DE URANDI/BA**

No Brasil, os primeiros sindicatos de defesa dos direitos dos/as trabalhadores/as, na área rural, foram organizados de forma localizada e isolada. Pois, embora já existisse uma legislação que permitisse a criação de sindicatos, foi através do decreto 7.038 de 1944 que ficou autorizada de forma explícita a sindicalização rural, porém esta lei não foi implementada (SILVA, 2006). Neste contexto, até o ano de 1955,

O Ministério do Trabalho só tinha reconhecido o sindicato rural de Campos, Rio de Janeiro (que tinha sido criado em 1938), o mais antigo do país, e em seguida: Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém, em Pernambuco; Belmonte, Ilhéus e Itabuna, na Bahia; Tubarão em Santa Catarina. (SILVA, 2006, p. 14).

Segundo Medeiros (2012), a regulamentação do direito à sindicalização da categoria somente irá acontecer no início dos anos 1960, numa conjuntura em que os/as trabalhadores/as rurais emergiam como atores na cena política. Neste contexto, a regulamentação do sindicalismo rural,

Tem sua origem quer nos conflitos que ocorriam em diversos locais no campo brasileiro, quer na ação de diferentes agentes de mediação que impulsionaram a organização dos trabalhadores e os apoiaram na criação de sindicatos. Entre eles, destacaram-se o Partido Comunista e a Igreja Católica. As Ligas Camponesas, embora inicialmente mostrando-se críticas à organização sindical, endossaram-na no momento em que se intensificou a criação de sindicatos, em especial em Pernambuco. (MEDEIROS, 2012, p. 704)

De acordo com Silva (2006), a existência das Ligas Camponesas, da União dos Trabalhadores e Trabalhadoras Agrícolas do Brasil (ULTAB), do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MASTER) e a influência do PCB e da Ação Popular – AP – possibilitaram que a organização dos trabalhadores/as rurais em sindicatos fosse intensificada, ampliada e estabelecidas as bandeiras de lutas e linhas de ação comum.

Esse processo culminou na realização do 1º Congresso Nacional dos Lavradores e trabalhadores agrícolas, em 1961, em Belo Horizonte coordenado pela ULTAB, que reuniu 1.600 delegados de várias organizações. Articular nacionalmente as lutas passou a ser uma das principais preocupações, apesar das diferentes correntes de pensamento, de concepções e de formas de organização. (SILVA, 2006, p. 17).

Desse modo, as lutas de resistência camponesa se intensificaram nas últimas décadas do século XX, por meio da organização dos trabalhadores/as rurais, sindicatos e movimentos sociais. Assim, no ano de 1962,

Já existiam 42 federações, em alguns estados mais de duas: de assalariados, de lavradores, de pescadores, de agricultores, de trabalhadores rurais, sendo que 27 eram reconhecidas oficialmente pelo Ministério, que solicitou a realização de um Congresso Nacional para criação da Confederação. (SILVA, 2006, p. 18).

Apesar de já existir mais de duas federações em um estado, a legislação aprovada em 1962, só permitia a existência de uma federação por estado e de um sindicato por município, conseqüentemente a existência de apenas uma confederação. Assim, em 22 de dezembro de 1963, trabalhadores/as rurais de 18 estados, distribuídos em 29 federações, decidiram pela criação da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, que foi reconhecida, em 31 de janeiro de 1964, pelo Decreto Presidencial 53.517 (SILVA, 2006). Tornando-se a primeira entidade sindical do campo de caráter nacional, reconhecida legalmente.

Recém-criada, a CONTAG assumiu a luta pela ampliação dos sindicatos e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e trabalhadoras do campo tendo como grande bandeira de luta, a reforma agrária. No entanto, sofreu de imediato a violência do golpe militar e viu suas bandeiras de lutas políticas, especificamente a da reforma agrária, serem colocadas em segundo plano (SILVA, 2006).

A partir de 1966, os trabalhadores e lideranças que resistiram, mesmo com a perseguição da ditadura militar, retomaram o controle da entidade, continuando o processo de formação e organização dos sindicatos e das federações.

### **3 SINDICATO DE URANDI: HÁ 48 ANOS TECENDO HISTÓRIA**

Em 12 de Outubro de 2022, o município de Urandi/BA, completará 102 anos de emancipação. De acordo com censo de 2010, a população urandiense está em 16.466 habitantes, sendo mais de 60% pertencente da zona rural. Como a maior parte da população está localizada no campo, a agricultura e pecuária tem grande importância na economia do

município. Nesse centenário urandiense, 48 anos são marcados pela existência e luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi/BA.

No dia 12 de maio de 1974, 278 sócios-fundadores se reuniram para dar início ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Urandi, primeiro nome dado à entidade, com o objetivo de defender os interesses e direitos dos trabalhadores/as do campo. Apesar do principal idealizador ter sido Joaquim Gomes Pereira, conhecido como Seu Quinquinha, a primeira diretoria foi formada com Adaltino Pereira Rodrigues na presidência e Seu Quinquinha como secretário. Quando a entidade nasceu, o Brasil passava por uma profunda crise econômica com altos índices de inflação e preço do petróleo elevado.

A fundação do Sindicato, não foi um processo fácil por vários motivos. Primeiro que o povo do campo sempre foi tratado com preconceito e visto como inferior. Segundo, por disputas políticas locais e, também, por conta do momento político do país. Afinal o Brasil estava vivendo a Ditadura Militar, sob a presidência do general Ernesto Geisel (15 de março de 1974 – 14 de março de 1979), assim o Sindicato nasceu em um momento crítico do país.

Em 1964 o Golpe Militar instaurou uma política de forte repressão a qualquer organização de trabalhadores/as, fechou sindicatos, perseguiu, torturou e matou pessoas que lutavam por um país mais justo e, portanto, se opunham à ditadura. A continuidade do sindicalismo só foi possível sob forte controle do Conselho de Segurança Nacional.

Um forte exemplo da truculência ditatorial foi vivenciado pela CONTAG. Criada em 1963 e reconhecida em 31 de janeiro de 1964, a CONTAG se opôs fortemente à ditadura, por isso teve a diretoria perseguida, dirigentes presos e exilados. O próprio sindicalismo rural precisou passar por reformulações e reestruturas para afastar interventores e resistir ao cenário político crítico.

Entre os anos de 1964 e 1989 foram contabilizados 1.566 assassinatos de trabalhadores/as rurais, de acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra - CPT. Muitos desses crimes contra os homens, mulheres e lideranças do campo foram praticados por jagunços contratados por latifundiários e empresas.

Apesar das abordagens de temas políticos serem tratados com mais cautela durante o período da ditadura, desde a fundação o Sindicato organizava reuniões com a finalidade de debater o cenário político nacional e local.

Em 29 de Maio de 1976, o Sindicato finalmente consegue ser reconhecido como órgão representativo pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social. Em 02 de abril de 1977, o Sindicato se filia à Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura do Estado da Bahia FETAG/BA.

A segunda diretoria toma posse no dia 07 de setembro de 1978 e a presidência é assumida pelo seu principal idealizador, Joaquim Gomes Pereira – Seu Quinquinha. Neste dia foi debatido a libertação dos trabalhadores rurais, a mobilização dos governantes para que o Projeto Sertanejo – um Programa Especial de Apoio ao Desenvolvimento da Região Semiárida do Nordeste – fosse levado à Urandi e a necessidade de se melhorar o atendimento médico que continuava precário, com apenas um médico no município.

Era comum se realizar passeatas e manifestações dos trabalhadores/as rurais na cidade, pedindo por reconhecimento, melhorias nas estradas, na saúde pública e a valorização do povo do campo. Como consta em ata: “Vê-se a vibração desta gente, centenas de homens montados nos seus cavalos exibindo faixas verdes e amarelas, desfilando pelas ruas e praças da cidade”.

Em 1979, no Brasil, foi marcado pela Campanha Nacional por Anistia Ampla, Geral e Irrestrita, que tinha objetivo revogar as punições que foram dadas aos cidadãos brasileiros que, nos anos de 1964 a 1979, foram apontados co-

mo criminosos políticos pelo regime militar. No mesmo ano foi assinada a Lei de Anistia. O país vivia a ditadura na presidência de João Figueiredo (15 de março de 1979 até 15 de março de 1985). Ainda em 1979, o Brasil foi tomado por campanhas salariais e greves dos trabalhadores por todo país. Graças às lutas e resistências, os/as trabalhadores/as rurais assalariados conseguiram ter direito legalmente ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

A terceira diretoria toma posse no dia 30 de março de 1980, tendo como presidente Jesulino José Antônio, conhecido como Zezé das Pedras. Em reunião foi debatida a situação dos trabalhadores metalúrgicos de São Bernardo do Campo (São Paulo) que se encontrava em greve. Também foi levantada a falta do Banco do Brasil e Banco do Nordeste no município para facilitar os pequenos investimentos dos trabalhadores rurais em suas propriedades. A reclamação sobre a falta de médico continuou sendo ponto de pauta das reuniões.

Em 16 de abril de 1983, a quarta diretoria toma posse e seu Quinquinha volta a ser o presidente do Sindicato. A década de 80 é marcada por grande organização civil, como por exemplo o movimento das Diretas Já, que reivindicava eleições diretas para presidente.

Além disso, nessa década, ocorreram importantes nascimentos de organizações sociais que questionavam os lugares dos sujeitos marginalizados e explorados dentro de uma sociedade marcada pela desigualdade. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Pastoral da Juventude Rural surgem em 1983, o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) nasce em 1984. Em decorrência dessa efervescência social no campo político, no aniversário de 10 anos do Sindicato, foi feita uma reunião solene com a finalidade de debater a importância do Sindicato na vida do/a trabalhador/a rural.

A Nova República nasceu com o fim do mandato do general João Figueiredo em 1985 e com a eleição indireta que levou Tancredo Neves a vencer, no entanto não pode assumir e veio a falecer em 21 de abril do mesmo ano. Apesar das eleições indiretas, Tancredo tinha forte apoio popular e foi uma figura que defendeu o movimento das Diretas Já. José Sarney, então, assume como presidente até março de 1990.

A quinta diretoria tomou posse no dia 18 de maio de 1986, o presidente nomeado foi Joaquim Nogueira Aranha. A data 25 de junho, Dia do Lavrador, foi marcada por uma grande passeata das comunidades rurais em Urandi: Pé da Ladeira, Casa Nova, Pesqueiro, Água Verde e Feijão Preto. As faixas levantadas pelos homens e mulheres do campo reivindicavam direitos básicos: escolas, água encanada, luz, mais um médico na cidade e convênio com o Instituto Nacional da Assistência Médica da Previdência Social - Inamps.

O encerramento da manifestação foi na escadaria da Igreja Matriz, com a leitura da carta do Padre Josimo Tavares, que foi assassinado covardemente no dia 10 de maio do mesmo ano em Imperatriz-MA. Pe. Josimo incomodou profundamente os latifundiários ao assumir a luta em defesa do lavrador e, enquanto subia as escadarias da Mitra Diocesana de Imperatriz, foi morto. Em decorrência do incômodo que causou em defesa dos pequenos, previu sua própria morte dias antes e deixou isso claro no seu Testamento Espiritual proferido na Assembleia Diocesana de Tocantinópolis – MA, no dia 27 de abril de 1986.

A nível nacional, a Constituição de 1988 foi fundamental para o/a trabalhador/a rural, afinal a Previdência Social Rural, até então sem nenhum prestígio nas Constituições anteriores, equiparou os mesmos direitos do/a trabalhador/a rural aos direitos do/a trabalhador/a urbano, estabelecendo um preceito adequado de contribuição para os agricultores trabalhadores em face de economia familiar. A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991 (Lei de Benefícios da Previ-

dência Social), realizou modificações sobre a concessão do benefício de aposentadoria por idade aos trabalhadores rurais: 60 anos de idade (homem) e 55 anos de idade (mulher).

Em 19 de Março de 1989, houve uma Assembleia Geral Extraordinária para aprovação do novo Estatuto do Sindicato, estiveram presente nessa Assembleia, as representantes da Comissão Pastoral da Terra (CPT) Maria Isaura e Dr<sup>a</sup> Márcia - advogada. No dia 18 de maio de 1989, a sexta diretoria tomou posse tendo Adão dos Santos como presidente. A partir desta diretoria, começou a constar em ata as reuniões com a finalidade de escolher delegados e representantes do Sindicato para os congressos da FETAG/BA e CONTAG.

O primeiro presidente do Brasil eleito com voto direto após o Regime Militar, foi Fernando Collor no período de 15 de março de 1990 a 29 de dezembro de 1992. O governo de Collor, no entanto, foi marcado por profundas denúncias de corrupção, além da extinção de postos de trabalhos e a inflação beirando 1200% ao ano. Devido a isso, seu governo sofreu um processo de impeachment (impugnação do mandato), porém Collor renunciou a presidência antes de ter o processo aprovado.

O Sindicato se associou à Cáritas no dia 29 de agosto de 1991. A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário.

A sétima diretoria, sob presidência de Antônio Baleeiro Guimarães – mais conhecido como Tone de Dau, tomou posse no dia 19 de maio de 1992. Continuou constando em ata as reuniões para delegar representantes para os congressos da FETAG/BA. Além disso, foi durante o mandato de Antônio Baleeiro, que a mensalidade do Sindicato passou a ser descontado diretamente da aposentadoria dos associados, através de convênio assinado entre a CONTAG e o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Dessa forma, o Sindicato passou a ter mais recursos para investimentos.

Após impeachment e renúncia de Fernando Collor, Itamar Franco assumiu a presidência em 29 de dezembro de 1992 até dia 01 de janeiro de 1995. Com a finalidade de estabilização e reforma econômica, em 1994 foi instaurado o Plano Real. Em 1994, a CONTAG comemorou 30 anos e realizou o 1º Grito da Terra Brasil. Em 1995, Fernando Henrique Cardoso assumiu a presidência e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf foi instituído pela resolução nº 2.191, graças as mobilizações, pressões e reivindicações do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais – MSTTR. O Polo Sindical da Região de Guanambi foi fundando, com o apoio do Sindicato de Urandi, no dia 12 de outubro, neste mesmo ano.

Desde a fundação, o Sindicato estava presente nas manifestações, congressos e reuniões que defendessem os interesses dos trabalhadores/as rurais, no entanto, como o Sindicato sofria com falta de recursos, a maioria das viagens, do primeiro presidente até o mandato de Antônio Baleeiro, era bancado de recursos próprios do presidente e diretores.

Quando José Cardoso de Oliveira – conhecido como Zé Cardoso – assumiu a presidência na oitava diretoria em 30 de junho de 1995 e ficou por três mandatos, o Sindicato gozava de melhores condições devido os recursos conseguidos na gestão anterior. Assim, houve ampliação da sede do Sindicato, aconteceram cursos como associativismo e cooperativismo, além disso, o Sindicato passou a estreitar relações com outros Sindicatos da região e com o Polo Sindical da Região de Guanambi-BA, o qual, através da sua assessoria, sempre acompanhou as atividades e ações realizadas pela entidade.

A nível Nacional, o Brasil passou por um período de políticas neoliberais, com inúmeras privatizações e, em junho de 1996, aconteceu o Grito da Terra Brasil – Pela Valorização da Agricultura Familiar.

Em 1997, o Sindicato se filiou a Central Única dos Trabalhadores - CUT com 112 votos favoráveis à filiação, nenhum voto contra, nem abstenções. Neste mesmo ano, em maio, aconteceu o Grito da Terra Brasil – Terra, Agricultura Familiar, Emprego e Salário Digno.

Em 1998 Fernando Henrique é reeleito. A nona diretoria do Sindicato toma posse em 30 de junho, José Cardoso continua presidente e a CONTAG aprovou a política de cotas para mulheres: no mínimo, 30% da participação das mulheres na diretoria executiva.

A Crise Financeira Internacional começou em 1999, houve a desvalorização do Real e, apesar dessas intempéries, o Brasil passou a ter o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). O tema do Grito da Terra Brasil foi desenvolvimento, trabalho e justiça social.

A comemoração e o protesto pelos 500 anos do Brasil aconteceram em 2000. No Governo de FHC, nessa virada de século, a conjuntura sociopolítica brasileira foi da consolidação do neoliberalismo e o aumento do capital financeiro internacional. Este ano também marcou muito com as mulheres se apropriando dos espaços políticos, exemplos disso são: a Marcha Mundial das Mulheres contra a Violência e Pobreza e, como uma ação em adesão da Marcha, ocorreu a primeira Marcha das Margaridas. A Marcha das Margaridas foi reconhecida como a maior mobilização de mulheres do país e foi construída e coordenada pela CONTAG e FETAG's.

No Sindicato, no ano de 2000, aconteceram muitas discussões sobre a conjuntura Nacional e Internacional, estrutura sindical, políticas permanentes e políticas de gênero. Em 2001 o Brasil viveu a crise de energia elétrica conhecida como Apagão. A nível internacional aconteceu o atentado às Torres Gêmeas no dia 11 de setembro. No Brasil, esse ano marcou também pelo acontecimento do I Fórum Social Mundial. O tema do Grito da Terra Brasil foi: Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Avançando com o Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável. O Sindicato, fez um balanço das conquistas como: maior adesão do povo do campo ao Sindicato, o Pronaf, salário maternidade, parceria com Banco do Brasil e Banco Nordeste, ampliação e reforma da sede e parceria com o INSS.

Em 2002 temos a ascensão de um projeto político popular com a eleição de Lula presidente no Brasil. A décima diretoria do Sindicato tomou posse no dia 30 de junho de 2002, sendo o último mandato de José Cardoso. Este mandato foi marcado com reuniões realizadas na base. Neste mesmo ano foram aprovadas as Diretrizes Operacionais de Educação Básica para as Escolas do Campo e no ano posterior, a criação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Em compasso com as dinâmicas nacionais, foi realizada a 2ª Marcha das Margaridas, em 2003, reunindo mais de 40 mil mulheres. Os temas do Grito da Terra Brasil nos anos de 2002 e 2003 foram, respectivamente: “Por um país Democrático e Igualitário, Sem Fome, Sem Violência” e “Reforma Agrária, Agricultura Familiar Forte, Emprego e Salário, Saúde e Educação”.

O Programa Jovem Saber foi criado em 2004, buscando uma formação dos jovens em consonância com a ação sindical. Neste ano, o Grito da Terra Brasil foi “Pela Reforma Agrária, pelo Fortalecimento da Agricultura Familiar, por um Projeto de Previdência Rural, pelo Fim da Violência no Campo, por Emprego e Melhores Salários”.

Em 2005 a solidariedade foi entendida enquanto um pilar para a construção fraterna entre a classe trabalhadora rural, o que visou a construção de um mundo melhor. Dessa forma, o MSTTR criou o Projeto Alternativo de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PADRSS. Neste ano também aconteceu o Primeiro Encontro Nacional de Formação -ENAFOR, que configurou o ponto de partida para a criação da Escola Nacional de Formação da CONTAG - Enfoc.

Em julho de 2005 o Sindicato organizou uma assembleia com os ex-proprietários da terra, onde foi construída a Barragem Cova de Mandioca e o Perímetro Irrigado de Núcleo IV pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e da Parnaíba (CODEVASF). A intenção desta assembleia foi levantar a relação de nomes dos classificados, priorizar os ex-proprietários e filhos casados na distribuição dos lotes. Participaram dessa reunião o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sebastião Laranjeiras, Polo Sindical da Região de Guanambi, FETAG-BA, Câmara Municipal Vereadores de Urandi e os Sem-Terra (o grupo recebeu esse nome devido a perda das terras para a construção da barragem e até o momento não tinham perspectiva de trabalho e sobrevivência).

Lula foi reeleito presidente do Brasil em 2006. Neste ano aconteceu a criação Programa de Aquisição de Alimento - PAA, criação do Seguro da Agricultura Familiar -SEAF e a criação do Programa de Garantia de Preço Mínimo da Agricultura Familiar -PGPAF. O Grito da Terra Brasil este ano foi “Renda e Cidadania”. Neste ano Lucas José Noqueira Santos, que ficou conhecido como Lucas do Sindicato, assumiu a presidência da 11ª Diretoria.

Em 2007 aconteceu o Primeiro Festival Nacional da Juventude Rural e a 3ª Marcha das Margaridas – 2007 Razões para Marchar contra a Fome, a Pobreza e a Violência Sexista – contou com a participação de 50 mil mulheres. O Grito da Terra Brasil manifestou pela valorização da Reforma Agrária, o Fortalecimento da Agricultura Familiar, Relações de Trabalho Dignas e uma Previdência Pública e Solidária.

Em 2008, a nível internacional, Barack Obama foi eleito o primeiro presidente negro dos Estados Unidos da América e o mundo passava por uma recessão econômica. Como de praxe, o Grito da Terra Brasil lutava pelos direitos dos/as trabalhadores/as do campo.

Em 2009 foram aprovadas as Diretrizes Estaduais de Educação do Campo pelo Conselho Nacional de Educação, bem como a criação da Coordenação Geral de Educação no Campo no Ministério da Educação e Cultura - MEC. O Grito da Terra Brasil pedia pela conservação ambiental e um Brasil mais sustentável. O Sindicato reformou o estatuto sindical com o objetivo de adequar-se às exigências do novo código civil brasileiro. Aconteceu também a mudança de nome que era “Sindicato dos Trabalhadores Rurais” para “Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Urandi”, destacando a visibilidade das mulheres do movimento. Como a Secretaria da Mulher e Juventude era única para atender as demandas de ambas as categorias, foram criadas a Secretaria de Mulheres e a Secretaria de Jovens e Adolescentes.

Dilma Roussef foi eleita a primeira mulher para a presidência do Brasil em 2010, assim também aconteceu com o Sindicato, que elegeu Leidjane Fernandes Baleeiro como presidenta na 12ª Diretoria do Sindicato. O mandato de Leidjane, foi marcado pelo estreitamento de laços com associações e as comunidades rurais urandienses, como também a valorização da formação sindical pela Enfoc e a organização de mutirões sindicais com o objetivo de informar politicamente a população rural sobre a atuação do Sindicato. O Sindicato marcou presença no 2º Festival Nacional da Juventude Rural. Com a finalidade de empoderar e fornecer um meio alternativo de renda para as mulheres, o Sindicato passou oferecer para as filiadas um curso gratuito de corte e costura, que funciona até os dias atuais.

Em 2011 aconteceu a 4ª Marcha das Margaridas com a adesão de 100 mil mulheres e contou com a participação expressiva do Sindicato. Além disso, o Sindicato realizou o 1º Festival da Juventude Rural de Urandi. Em 2012 a CONTAG/Enfoc se filiou ao Conselho de Educação Popular da América Latina e Caribe - CEAAL). No ano seguinte, a CONTAG comemorou 50 anos.



No ano de 2014, o Estatuto passa por uma reformulação para representar melhor a terceira idade. Com a finalidade de eliminar toda e qualquer forma de discriminação, assim como encaminhar e coordenar as lutas específicas dos trabalhadores/as rurais da terceira idade, foi fundada a Secretaria da Terceira Idade. Também foi criada a Comissão de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Município de Urandi. No plano nacional, Dilma Rouseff é reeleita presidenta do Brasil.

Leidjane foi reeleita para a 13ª Diretoria do Sindicato em 30 de junho de 2014. Em novembro o Sindicato passa por uma nova mudança de nome: “Sindicato dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares de Urandi”, deixando de representar os/as trabalhadores/as assalariados/as rurais. No nível local foi realizado o 2º Festival da Juventude Rural. Neste ano ocorreram protestos por todo o Brasil, levando as pessoas às ruas, pedindo o fim da corrupção. Este ano também foi marcado pelo maior desastre ambiental do país após o rompimento da Barragem de Mariana em Minas Gerais.

Em 31 de agosto de 2016, Dilma Rouseff foi vítima de um golpe parlamentar, sofreu impeachment e Michel Temer assumiu, sendo conhecido como presidente golpista. Em 2017, a Câmara dos Deputados impediu que a denúncia contra Michel Temer, acusado de obstrução da justiça e organização criminosa, fosse adiante. Além disso, o atual governo cria um projeto que visa a reforma da Previdência Social, prejudicando os direitos dos/as trabalhadores/as, que foram conquistados à base de muita luta. Dessa forma, os Sindicatos passaram a se unir e a manifestar contra o governo ilegítimo, em defesa dos trabalhadores/as. Neste mesmo ano, aconteceu o 3º Festival da Juventude Rural de Urandi, com o tema “Nenhum direito a menos! Novos desafios para a Juventude Trabalhadora Rural”.

No ano de 2018, Juliana Ferreira de Santana Aranha Martins é eleita a segunda mulher a presidir o Sindicato de Urandi na sua 14ª Diretoria, neste mesmo ano Jair Bolsonaro é eleito presidente do Brasil, este mandato é marcado pela retirada de direitos dos/as trabalhadores e perseguições aos movimentos sociais e sindicais. Ainda que em contextos adversos, Juliana dar seguimento nos trabalhos de base acompanhando as associações nas suas atividades, reforçando parcerias com instituições, e apoiando os/as agricultores/as familiares na comercialização de seus produtos.

Em sua trajetória de 48 anos de existência, o Sindicato segue mobilizando, reivindicado e resistindo, defendendo os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras do campo, a agricultura familiar, o direito à terra, à educação e a vida digna no campo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da história, os direitos humanos e constitucionais manifestam-se de forma desigual para grupos sociais e pessoas distintas, neste sentido, a luta dos trabalhadores/as organizados, é um instrumento fundamental na conquista de direitos.

Nos seus 48 de existência, o Sindicato de Urandi se consolidou como uma entidade de suma importância para a organização, representação e luta dos trabalhadores/as rurais. No decorrer desses anos, passou por muitas fases e por muitas diretorias. Toda época foi importante para o crescimento e fortalecimento da entidade.

Atualmente o Sindicato realiza e oferta vários serviços: como encaminhamento para aposentadoria, salário-maternidade, emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), além de realizar cursos de interesse da população do

campo, incentiva o fortalecimento do associativismo, procura informar politicamente a comunidade sobre os direitos e os deveres de cada um e principalmente o empoderamento da categoria.

No decorrer da trajetória do movimento sindical, muitos avanços foram conquistados, no entanto, há muito ainda que se avançar, tendo em vista que os direitos da classe trabalhadora estão sendo duramente atingidos. Neste sentido, a resistência aos retrocessos e retirada de direitos, a organização dos trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, exercem papel fundamental, na luta por uma sociedade mais justa e menos desigual.

O resgate da história do Sindicato de Urandi permitiu concluir que nestes quase 59 anos de existência do Movimento Sindical de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais e dos 48 anos do Sindicato de Urandi, faz-se necessário conhecer e valorizar o papel do movimento sindical na mobilização, reivindicação e luta pelos direitos dos trabalhadores e trabalhadoras.

## REFERÊNCIAS

- BORGES, Altamiro. **Origem e papel dos Sindicatos**. 2006. Disponível em: <http://www.contag.org.br/imagens/Origemepapeldossindicatos-AltamiroBorges.pdf>, acesso em: 20/05/2022.
- MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. 1ª ed. São Paulo: Penguin Classics/Companhia das Letras, 2012.
- MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Sindicalismo Rural. In: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.
- SILVA, Maria do Socorro. **A história das nossas raízes: itinerário das lutas dos trabalhadores (as) rurais no Brasil e o surgimento do sindicalismo rural**. 2006. Disponível em: <http://www.enfoc.org.br/system/arquivos/documentos/67/Historia-das-nossas-raizes-itinerario-das-lutas-dos-trabalhadores--socorro-silva---2006.pdf> Acesso em: 20/05/2022.
- SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS AGRICULTORES E AGRICULTORAS FAMILIARES DE URANDI. **Memórias, Trajetórias e Lutas: A história do STTR de Urandi**: Dejan Gráfica e Editora Ltda, 2018.